

27 de Fevereiro de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

em.com.br

ADIMB: GOVERNO SERÁ COBRADO SOBRE BRUMADINHO EM FEIRA DO SETOR MINERAL NO CANADÁ

O Brasil está prestes a ter uma posição de destaque como patrocinador do *Prospectors and Developers Association of Canada (PDAC)*, feira anual de exploração mineral e mineração que ocorre em Toronto, no Canadá, entre 3 e 6 de março próximos. O objetivo brasileiro é atrair investidores e alçar voos maiores para o setor no mercado internacional, mas os recentes desdobramentos do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) devem demandar a atenção do governo, que será cobrado, disse o presidente da comissão organizadora da missão brasileira ao PDAC e diretor executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb), Roberto Xavier. Segundo a organização, a Vale é uma das empresas confirmadas no evento.

"Em primeiro lugar, o governo estará representado lá", disse Xavier, sinalizando a participação do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e representantes da Agência Nacional de Mineração (ANM). Xavier lembrou que um dos painéis será focado na mineração brasileira. "Nessa apresentação, certamente o governo não vai se furtar a mencionar questões do tipo de Mariana e Brumadinho e o que o governo tem feito para mitigar essa tragédia. Tanto do lado humano quanto do lado da legislação. Então, certamente perguntas vão ocorrer. E aí estará o espaço apropriado para isso. O governo vai estar exposto para discutir", defendeu, em entrevista ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Xavier, entretanto, disse não acreditar que a participação do País no evento será comprometida pelo rompimento da barragem de Vale. "A mineração como um todo no Brasil não se resume à questão de Brumadinho. Certamente é algo muito importante e que revela que temos de melhorar e muito a questão do que fazer com as bacias de rejeito de minério. Mas isso não impacta a questão de investimentos."

O diretor executivo da Adimb sinalizou que mudanças recentes fortaleceram o setor, como a própria criação da ANM (em julho de 2017 pelo então presidente Michel Temer) e mudanças na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM, espécie de royalties do setor). Questionado sobre desafios para o futuro, Xavier disse que há uma enorme janela de investimentos em tecnologia para ajudar as empresas a explorarem os minerais da melhor forma possível. Na visão dele, entretanto, os governos também precisam fazer sua parte na fiscalização.

"Não adianta ter tecnologia, que é algo que nós temos, se a fiscalização também não funciona. Boa tecnologia eu acho que existe. Mas também uma boa fiscalização é necessária. A mineração não pode ser sustentável apenas economicamente, ela tem de estar lado a lado com a responsabilidade ambiental", defendeu.

Oportunidades

Xavier destacou que, atualmente, a área ocupada no território nacional com mineração é de 0,5%. Na contramão, acrescentou, ela contribuiu com cerca de 30% do saldo da balança comercial do País. Em termos de PIB, a indústria extrativa - considerando também petróleo e gás - contribuí com 4,2%. "Se você retira petróleo e gás, o PIB da indústria extrativa de mineração é de 1,4%", explicou.

"Apesar de a mineração contribuir com 30% da balança, o Brasil não pode ser considerado, quando comparado com Chile, Canadá, Austrália, como um país mineiro", argumentou, destacando o potencial de crescimento, não apenas nos ferrosos. "Ainda há uma avenida enorme para exploração mineral no País. Muito a ser avaliado e a ser descoberto".

Fonte: Estado de Minas

Data: 15/02/2019



COM BRUMADINHO, DEMANDA POR CURSO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS CRESCE 33%

A demanda de servidores para participar do primeiro curso de segurança em barragens oferecido pelo governo federal superou em 33% a expectativa inicial dos organizadores.

Antes programado para contar com 120 alunos, o curso "Segurança de Barragens de Usos Múltiplos" vai contar com 160 pessoas, segundo a Enap (Escola Nacional de Administração Pública), em Brasília, onde as aulas são ministradas.

Os alunos são compostos por servidores públicos federais, estaduais e municipais com formação em engenharia civil, geologia e áreas ambientais. A intenção é que se atualizem quanto ao tema e possam ajudar a subsidiar a fiscalização em barragens pelo país. O curso, porém, não habilita automaticamente os participantes a assinarem laudos.

Iniciado nesta segunda (18) e com término previsto para amanhã, o curso gratuito abarca conceitos básicos de barragens, aspectos legais, acidentes, anomalias, inspeções visuais, elaboração de relatórios, além de aulas práticas em barragens do Distrito Federal.

Outros dois cursos - Segurança de Barragens de Mineração e Segurança de Barragens em Sistema de Geração de Energia Elétrica - também voltados a servidores públicos estão previstos para começar em 25 de março.

Governo fará força-tarefa de vistorias

Em 29 de janeiro, quatro dias depois do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em Minas Gerais, o governo federal anunciou reforço na vistoria de estruturas semelhantes.

Tanto barragens de mineração quanto de água e geração hidrelétrica serão diagnosticadas. O prazo para os trabalhos nas estruturas do primeiro tipo é até o final deste primeiro semestre. Todas as demais deverão ser vistoriadas até o final do ano.

A fiscalização será concentrada em 3,3 mil barragens classificadas como de alto risco. Dentre elas, 205 barragens abrigam resíduos de mineração e, por sua vez, 70 desta são de barragens a montante (são aquelas nas quais os degraus que as compõem são feitos com o material de rejeito). São mais baratas, mas menos seguras. As barragens de Brumadinho e Mariana eram desse modelo.

Na época do anúncio, o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, informou que nem todos os órgãos responsáveis terão funcionários suficientes para a realização da tarefa e, por isso, o governo federal poderá remanejar engenheiros de outros órgãos para auxiliá-los.

Fonte: Uol

Autora: Luciana Amaral

Data: 21/02/2019

FOLHA DIRIGIDA

SERVIDORES DA ANM COBRAM CONCURSO E REESTRUTURAÇÃO DO ÓRGÃO

Após o rompimento da barragem de Brumadinho-MG, a associação dos servidores da ANM pede a reestruturação do órgão e autorização de concurso

A Associação Nacional dos Servidores da Agência Nacional de Mineração (ASANM) enviou, no último dia 1º de fevereiro, um ofício aos diretores da ANM. Entre as reivindicações, a categoria exige a realização de um novo concurso e a reestruturação da Agência que, segundo eles, apresenta uma "fragilidade institucional".

As reivindicações foram apresentadas dias após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Com a pressão popular e interna por explicações quanto à fiscalização da barragem, a ASANM se defende expondo uma sucessão de erros, que levaram a um desmonte na Agência.

Segundo a ASANM, a estrutura de cargos comissionados na ANM chega a ser 50% menor que de outras agências reguladoras. Além disso, não existe uma equiparação salarial dos servidores, que possa gerar uma atratividade por meio de concursos públicos, assim como uma estruturação da agência com 480 unidades.

A associação pede ainda a complementação da ANM, com mais 167 unidades, a equiparação salarial e a autorização do pedido de concurso, que se encontra no Ministério da Economia.

Um documento assinado por 51 servidores da Agência Nacional de Mineração, em Minas Gerais, revela ainda a situação de carência no órgão. Redigido no dia 7 de fevereiro, conforme informada na matéria publicada pelo O Globo, o texto foi encaminhado ao Palácio do Planalto.

De acordo com o documento, os servidores pedem a instauração de uma investigação administrativa ou criminal, para apurar para onde foi destinada a verba arrecadada com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) devida ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNMP), atual ANM.

A CFEM é paga aos governos pelas empresas que exploram minérios. Dados do Tribunal de Contas da União (TCU), anexado pelos servidores, apontam que, em 2014, o órgão deveria receber R\$167,77 milhões, mas recebeu apenas R\$15,44 milhões, aproximadamente 9% deste total.

O texto é assinado por engenheiros, geólogos, analistas, técnicos, agentes e especialistas em recursos minerais do órgão. O documento cita ainda a ausência de servidores, a falta de dinheiro, de carros e até de equipamentos modernos para realizar a fiscalização de 351 barragens situadas em Minas Gerais, estado com maior número de barragens de rejeitos do país.

TCU aponta déficit de servidores na ANM

De acordo com o ministro-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Mucio Monteiro, em 2015, após o incidente ocorrido na Barragem do Fundão, em Mariana (MG), a Corte de Contas aprovou a realização de um levantamento de auditoria no então Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atual ANM.

O intuito, na época, foi apurar o desempenho do órgão na fiscalização dos planos de segurança de barragens de mineração. No ano passado, no entanto, a Corte de Contas realizou um novo monitoramento para verificar o cumprimento das determinações e recomendações decorrentes da auditoria no DNPM.

Na fiscalização foram constatados avanços em relação ao processo de cadastramento e classificação das barragens de rejeitos de mineração, com o implemento de sistema informatizado.

"Porém, apesar das contribuições do TCU, apontando para a adequada priorização dos investimentos, vem se verificando, desde 2011, limitações significativas na estrutura orçamentária, financeira e de recursos humanos da autarquia, que podem impactar o desempenho do órgão fiscalizador", informou o presidente.

A auditoria constatou, por exemplo, que o DNPM contava com quadro técnico insuficiente diante da demanda de trabalho e percentual elevado de servidores aptos a se aposentar. Somente na Superintendência de Minas Gerais, estado em que ocorreu os dois rompimentos, o número de profissionais foi considerado insuficiente.

"A Superintendência de Minas Gerais, conforme um estudo promovido, contava com 79 servidores, enquanto seriam necessários 384 para atender aquela unidade", acrescentou o presidente do TCU.

Segundo dados da ANM, atualizados no dia 2 de fevereiro deste ano, 769 barragens de mineração estão sob a fiscalização do órgão. Destas, três são consideradas de alto risco. Além disso, das 425 inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), 51,5% estão em Minas Gerais. Vale lembrar que a barragem de Brumadinho (MG) não foi classificada como crítica pela Agência.

ANM solicita 598 vagas para novo concurso

Em 2017, o DNPM foi extinto e substituído pela Agência Nacional de Mineração. A autarquia é vinculada ao Ministério de Minas e Energia e responsável pela gestão do patrimônio mineral brasileiro.

Em 2018, em um relatório, o diretor-geral da ANM, Victor Hugo Froner Bicca, solicitou ao então Ministério do Planejamento, atual Ministério da Economia, um novo concurso para a Agência Nacional de Mineração. O pedido para o exercício de 2019 foi de 598 vagas.

A solicitação foi para os cargos de especialista em recursos minerais (290 vagas), técnico em atividades de mineração (135), analista administrativo (118) e técnico administrativo (55). A ANM aguarda a autorização deste concurso, para suprir a carência atual de servidores.

A ANM tem pedido de concurso para este ano, mas ainda não está autorizado. Além da Agência, no entanto, outros órgãos têm previsão de novas seleções.

Fonte: Folha Dirigida

Data: 14/02/2019



PROJETO SURGE COMO OPÇÃO PARA SUPRIR DEMANDA DE MINÉRIO DA VALE APÓS BRUMADINHO

A Companhia Vale do Paramirim (CVP), responsável pela descoberta da nova Província Mineral da Bahia, avançou mais uma etapa no projeto para explorar minério de ferro no Estado. Segundo João Carlos Cavalcanti, geólogo e presidente da empresa dona do projeto, duas grandes players do setor minero-metalúrgico internacional estão interessadas em fechar negócio com a mineradora e esta semana deve ter reunião para tratar o assunto

"Não posso te falar quais são as empresas por ter contrato de confidencialidade com elas, mas adianto que são grandes siderúrgicas internacionais", disse Cavalcanti em entrevista por telefone ao Notícias de Mineração Brasil (NMB).

Segundo o geólogo, o projeto surge para suprir uma lacuna que será deixada pela Vale após o rompimento da barragem 1, da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). A Vale do Paramirim Participações, nova player, no negócio de minério de ferro avaliou 1,3 bilhão de toneladas de minério dos quais 100 milhões de toneladas são do tipo hematítico e 600 milhões do tipo magnético.

As jazidas de ferro do Vale do Paramirim-Bahia estão avaliadas em mais de dois bilhões de toneladas, incluindo as reservas da Bahia Mineração, representam, atualmente, a terceira maior província ferrífera do Brasil.

Para o projeto avançar, a empresa depende da finalização das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e da construção do Porto Sul, em Ilhéus (BA).

"Além da qualidade do minério que garante mineração sustentável, o projeto conta com um pacote logístico da ferrovia FIOL em conclusão e porto, Porto Sul, em início da retomada da construção com previsão de conclusão no ano de 2022", afirmou a mineradora em nota enviada ao NMB.

De acordo com a mineradora, o Vale do Paramirim-Bahia é rico em minérios hematítico e magnético de alto teor de ferro, "os quais, são concentrados e beneficiados com tecnologia segura de cominuição e peneiramento progressivo e separação magnético a seco que dispensam a necessidade de contração de barragens de rejeito a montante, principal fator de risco de desastre como o ocorrido em Minas Gerais".

Segundo Cavalcanti, já foi contatado nos últimos oito dias por dois grandes players do setor minero-siderúrgico mundial que manifestaram interesse em assinar Memorando de Entendimento (MOU, sigla em inglês) para início de tratativas de negócios em conjunto.

"Todos esses fatos deverão brevemente ser comunicados ao novo governo brasileiro e seus ministérios, ressaltando-se que este projeto já foi apresentado ao Vice-Presidente da República, General Mourão no dia 28 de dezembro de 2018", afirmou em nota.

Província

A pesquisa do geólogo, que durou mais de dez anos, abrange cerca de 12 mil quilômetros quadrados passando por mais de 32 municípios nas regiões sudoeste e oeste do Estado da Bahia, entre eles Caetité, Brumado, Paramirim, Igaporã, Ibipitanga, Macaúbas, Lagoa Real, Matina, Riacho de Santana e Tanque Novo.

De acordo com ele, esta província é constituída por oito distritos mineiros, sendo três com atividades de lavra, sendo um de urânio, pertencente ao Indústrias Nucleares do Brasil (INB); outro de magnetita; e o terceiro de minério de ferro, pertencente a Bahia Mineração (Bamin). Há também um distrito com uma mina desativada em Boquira, onde foram explorados minério de zinco, chumbo e prata dos anos 50 até a década de 70.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Lucas David

Data: 25/02/2019

FOLHA DE S.PAULO

BARRAGEM DE REJEITOS RADIOATIVOS ACENDE ALERTA NO SETOR NUCLEAR

Em Poços de Caldas (MG), velha mina de urânio acumula toneladas de rejeitos radioativos

Quando Brumadinho expôs ao mundo a má governança do sistema de barragens, uma luz de alerta acendeu no programa nuclear brasileiro.

Em Poços de Caldas (MG), uma velha mina de urânio acumula milhares de toneladas de rejeitos radioativos.

Segundo estudo da Universidade Federal de Ouro Preto, encomendado após a ocorrência de um “evento não usual”, em setembro de 2018, o sistema extravasou da barragem com parte dos rejeitos está seriamente comprometido e há infiltração, aumentando o risco de ruptura.

Estima-se que uma resolução definitiva para o problema desses rejeitos custaria US\$ 500 milhões ao longo dos próximos 40 anos. Não vai acontecer.

Os problemas em Poços são bem conhecidos.

Enquanto a mina esteve em operação (1982-1995), produziu concentrado de urânio para ser usado no combustível de Angra 1, em pesquisas no setor nuclear e num esquema de comércio compensado junto ao Iraque. Mas, quando as atividades na mina foram encerradas, não houve descontaminação das áreas exploradas nem foram seguidos os padrões que garantiriam a preservação ambiental e a segurança das populações afetadas.

Segundo a Agência Nacional de Mineração, até pouco tempo faltavam documentos técnicos que poderiam atestar segurança das barragens existentes, cuja responsabilidade está com a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB). No início de fevereiro, o MPF recomendou a criação de um plano emergencial.

Poços não representa o único desafio da mineração de urânio no Brasil. Incidentes com materiais radioativos já ocorreram na operação do complexo minerador industrial de Lagoa Real, em Caetité (BA), nos anos de 2000, 2002, 2004 e 2009, segundo dados oficiais.

Tais problemas de gestão golpeiam em cheio o programa nuclear brasileiro. Afinal, para destravar o potencial da área são necessários investimentos pesados em infraestrutura. Acontece que nenhum investidor confia num sistema que, por falhas evitáveis, corre risco de terminar num mar de lama radioativa.

O governo federal vem trabalhando há mais de ano para estabelecer novo marco regulatório para o setor nuclear. A ideia é criar as condições para que o investimento privado possa destravar a construção da usina de Angra 3 e expandir a mineração de urânio para estados como Amazonas, Ceará, Goiás, Tocantins, Pará, Paraíba e Paraná.

Esse trabalho importante de melhoria no marco regulatório do setor nuclear ficará soterrado se houver qualquer acidente ambiental com material radioativo. Seria um custo excessivamente alto para a sociedade brasileira, que subsidia o setor nuclear a peso de ouro.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Autor: Matias Spektor

Data: 21/02/2019



GERDAU ESTÁ PREPARADA PARA RETOMADA BRASILEIRA, DIZ PRESIDENTE

A Gerdau tem perspectivas otimistas para seus principais mercados, os quais poderão gerar resultados consistentes em 2019, segundo o presidente da companhia, Gustavo Werneck.

“Estamos plenamente preparados para atender a demanda brasileira”, disse o executivo, em teleconferência com jornalistas nesta quinta-feira. A companhia avalia que haverá “continuidade da evolução da indústria e início da recuperação da construção civil”.

Werneck afirmou que a questão fiscal precisa ser equacionada no Brasil e que o país “precisa, urgentemente, da reforma da Previdência”.

Já em relação ao mercado internacional, a expectativa é de recuperação de preços ao longo do ano. A Gerdau considera que haverá aumento do consumo de aços longos em 2019.

A expectativa, segundo a empresa, é que a produção de caminhões, máquinas agrícolas e linha amarela continue evoluindo nos Estados Unidos. “Em relação ao mercado americano, a expectativa é que a demanda por aço fique em patamares elevados, em linha com os do ano passado”, disse.

Na América do Sul, os destaques apontados pela companhia são os mercados do Peru e da Colômbia.

A empresa deve fechar 2019 com volume de produção similar ao de 2018, segundo Werneck. No ano passado, a siderúrgica produziu 15,342 milhões de toneladas de aço bruto, volume 4,8% menor do que o de 2017. No quarto trimestre, houve queda de 18,4%, para 3,221 milhões de toneladas.

A Gerdau projeta investimentos de R\$ 7,1 bilhões de 2019 a 2021. Os aportes previstos pela empresa terão como foco ampliar a rentabilidade das operações que a companhia já possui, segundo Werneck.

Parte dos investimentos irá para iniciativas relacionadas à parada programada de modernização da usina de Ouro Branco (MG), em 2022. Neste ano, será realizada parada programada de 60 dias no alto-forno 1 da usina e, em 2020 e 2021, reformas graduais.

De acordo com a Gerdau, o abastecimento dos clientes será assegurado pela formação de estoques estratégicos.

A empresa também investirá R\$ 300 milhões para desativação completa da barragem dos Alemães, em Ouro Preto (MG), e implantação de solução de empilhamento a seco dos rejeitos da extração de minério de ferro. Os aportes irão também para a busca de outras tecnologias de segurança para a barragem.

Essa barragem é a maior da companhia e sua localização, em Minas Gerais, engloba a bacia do Rio São Francisco, conforme dados da Agência Nacional de Mineração (ANM). O minério extraído pela empresa supre os altos-fornos da usina de Ouro Branco, que fica na cidade do mesmo nome.

“Estamos no momento de definição de tecnologia e equipamentos. Assim que essas questões forem definidas, vamos iniciar a solução de empilhamento a seco”, disse Werneck, acrescentando que a barragem está estável e segue normas estaduais e federais.

Segundo o presidente da Gerdau, a companhia tem “compromisso de mais alto nível de segurança das pessoas e do meio ambiente”. “Gostaria de prestar nossa solidariedade às famílias das vítimas de Brumadinho”, disse o executivo.

O presidente da Gerdau ressaltou ainda que mais da metade da produção de aço da Gerdau é feita à base de sucata. “Apenas 15% do processamento de minério requer uso de barragem”, acrescentou.

A Gerdau tem uma barragem desativada desde 2011, que está totalmente seca, de acordo com Werneck.

Fonte: Valor

Autora: Chiara Quintão

Data: 21/02/2019



OURO

Yamana prevê aumento na produção

A Yamana Gold Inc projeta uma produção de ouro equivalente de 1.060.000 para 2019 e de 1.100.000 onças para o biênio 2020 e 2021. A produção inclui ouro e prata, com prata convertida em ouro na proporção de 82,5: 1 para 2019, 2020 e 2021. Além disso, para cada um dos anos de 2019, 2020 e 2021, a empresa está projetando produção de 120 milhões de libras de cobre. Com o desenvolvimento e o ramp-up em 2018 da mina de alto teor Cerro Moro, a mais nova mina da companhia, no curto e médio prazo a Yamana continua focada em otimizar o portfólio existente de seis minas em operação e avançar nos estudos para várias expansões, projetos e ativos de desenvolvimento de longo prazo.

A produção de ouro e prata deve alcançar 955 mil onças e 12 milhões de onças, respectivamente, até 2020. A produção de ouro deverá se beneficiar do forte desempenho contínuo em todo o portfólio, liderado pelos aumentos de produção na Canadian Malartic, enquanto a produção de prata deve crescer por causa dos aumentos de produção e teor em Cerro Moro, em linha com os planos atuais das minas. A produção de cobre, que é toda de Chapada, deve permanecer constante durante todo o período de três anos.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 20/02/2019



PRODUÇÃO DE OURO DA ANGLOGOLD ASHANTI PERDE 9% EM 2018

A produção da AngloGold Ashanti no Brasil, em 2018, foi de 494 mil onças de ouro, cerca de 14,5% da produção total de 3,4 milhões de onças de ouro. A mineradora que tem sede na África do Sul registrou uma queda de 9% na produção total

No Brasil, a mineradora produziu 364 mil onças de ouro nas minas que tem em Minas Gerais, e que fazem parte da AngloGold Ashanti Mineração, onde houve queda de 14% na produção; enquanto que a Mineração Serra Grande, em Goiás, foi responsável por 130 mil onças, com queda de 2% em relação ao ano anterior.

"Na AGA Mineração, a produção do ano inteiro em 2018 foi de 364.000 onças a um custo desembolsável total de US\$ 723 a onça, comparado a 424.000 onças a um custo de US\$ 671 a onça em 2017. A produção foi mais baixa porque o complexo de Cuiabá enfrentou atrasos no desenvolvimento e restrições de infraestrutura", disse a empresa em relatório anual divulgado na quarta-feira (20).

Durante o quarto trimestre de 2018, a AGA disse que o desempenho operacional em Cuiabá melhorou conforme foram adotadas medidas relacionadas à qualidade da mina, melhorando a disponibilidade de galerias, sondagem e taxas de recuperação. Na mina Córrego do Sítio, teores mais baixos e chuvas excessivas resultaram em uma produção 8% menor.

A produção também foi impactada pelas menores toneladas colocadas na lixiviação, mudanças no modelo e paradas de produção devido a greves.

Em Serra Grande, a produção do ano inteiro em 2018 foi de 130.000 onças a um custo desembolsável de US\$ 660 por onça, comparado a 133.000 onças a um custo de US\$ 764 por onça em 2017. Segundo a empresa, a produção foi menor devido após atrasos na licença de supressão vegetal e licenças de despejo de rejeitos.

A faixa de meta de produção para este ano é de 3,25 milhões a 3,45 milhões de onças de ouro a um custo operacional total (AISC, em inglês) entre US\$ 935 a US\$ 995 por onça e um custo desembolsável, ou cash, entre US\$ 730 a US\$ 780 por onça. Além do Brasil, a AGA tem minas na Argentina, Guiné, Mali, Congo, Tanzânia, África do Sul e Austrália.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 22/02/2019



NEGÓCIOS

Fusões e aquisições estáveis em 2018

Segundo levantamento realizado pela KPMG, com 44 setores da economia brasileira, as atividades de fusões e aquisições no setor de mineração permaneceram estáveis em comparação com o ano anterior. Assim como em 2017, foram realizadas 16 operações no ano passado. Este é o melhor resultado dos últimos dois anos (2016 com 11 e 2015 com 14).

A principal diferença entre 2017 e 2018 está no modelo de transação fechada. Sobre as operações domésticas, houve uma queda, passando de dois em 2017 para um em 2018. Nas operações do tipo CB1, ou seja, estrangeiro comprando empresa brasileira, também foi registrada uma redução de nove em 2017 para cinco em 2018. Já as transações CB3 (brasileiro adquirindo, de estrangeiros, empresa no Brasil) e CB4 (estrangeiro comprando, de estrangeiros, empresa estabelecida no Brasil) cresceram no ano passado. "A pesquisa apontou que houve uma mudança no perfil dos investidores do setor de mineração. Em 2018, diminuiu o interesse dos brasileiros pelo setor, mas aumentou o dos estrangeiros pelo segmento", explica o sócio da KPMG, Paulo Guilherme Coimbra.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 20/02/2019



MME DETERMINA AÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS

Duas portarias relacionadas à segurança e fiscalização foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) de hoje, 12

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal, assinou duas portarias que estabelecem ações com foco na fiscalização de barragens. A primeira medida determina à Agência Nacional da Mineração (ANM) que instaure procedimento de investigação e responsabilização administrativa para apuração do modo como vêm sendo procedidos o controle e a fiscalização de segurança quanto ao risco de estabilidade das barragens sujeitas ao campo de sua competência.

A ANM deverá considerar nas apurações a conformidade de procedimentos quanto ao aspecto da independência das auditorias externas - contratadas pelo empreendedor - bem como nas relações entre todos os atores, públicos e/ou privados, envolvidos na fiscalização e controle de segurança de barragens. Além disso, a ANM deverá manter a SGM informada mensalmente quanto à evolução da investigação citada.

A segunda portaria define que a ANM informe à SGM dois nomes de dirigentes titulares de direitos minerários – com cargos e telefones – para contato urgente em caso de necessidade imediata relativa à segurança do empreendimento, para fins de proteção às pessoas e ao meio ambiente.

Considera-se imprescindível o contato urgente em situações que possam pôr em risco a vida, a integridade física, a segurança ou a saúde da população; a iminência ou ocorrência de acidentes afetos à atividade ou empreendimentos de mineração; a constatação de situações que ensejem providências imediatas dos empreendedores de mineração, entre outras.

Acesse as portarias na íntegra:

[PORTARIA Nº 36, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019](#)

[PORTARIA Nº 37, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019](#)

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 12/02/2019



QUANDO O SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR

Laudos de inspeção e estabilidade e sistemas de monitoramento e segurança foram insuficientes para impedir a tragédia de Brumadinho

Em e-mail enviado a dois engenheiros da empresa Tüv Süd, Hélio Cerqueira, engenheiro geotécnico da Gerência de Gestão de Riscos e de Estruturas Geotécnicas Ferrosos da Vale, diz: “As leituras estão incoerentes. Favor verificar o que aconteceu. Ainda estamos sem leituras para prosseguir com o monitoramento desta barragem alteada à montante. Priorizar isso! Se não encontrar a falha, me liga no celular. Precisamos resolver isso rápido!”.

Eram 13h39 do dia 24 de janeiro de 2019. Cerqueira referia-se à leitura de cinco dos 94 piezômetros instalados na BI, barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Menos de 23 horas depois, às 12h29, a estrutura entraria em colapso sem que a visita programada pelos técnicos das duas empresas, justamente para 25 de janeiro, tivesse ocorrido.

A leitura dos instrumentos já vinha apresentando incoerências há alguns dias, atrasando a emissão do Extrato da Inspeção de Segurança Regular da Barragem (EIR), que deve ser enviado à Agência Nacional de Mineração (ANM) quinzenalmente. A multa da agência pelo envio do documento fora do prazo é “altíssima”, lembrava Cerqueira em outro e-mail. Mas apenas ele poderá explicar se o tom de urgência de suas mensagens é devido ao valor da multa ou se considerou iminente o risco de rompimento da barragem.

Em maio de 2018, Makoto Namba, um dos engenheiros da Tüv Süd, contratada pela Vale para a inspeção das barragens de Córrego do Feijão, já alertara que a empresa não poderia assinar a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) da BI - enviada semestralmente a ANM -, porque “o fator de segurança para a seção de maior altura será inferior ao mínimo de 1.3”. Sem a DCE, a mina seria interditada. Esse laudo foi assinado em junho, seguido de outro, que apontava várias inconformidades na barragem, em setembro. O último EIR foi cadastrado no sistema da ANM em 21 de dezembro de 2018. O sistema de monitoramento da Vale registra outras duas inspeções, em 08 e 22 de janeiro de 2019.

Como aconteceu com a Barragem do Fundão, da Samarco, em Mariana (MG), há cerca de dois anos, não foi o projeto construtivo da BI, que existe há 43 anos, a causa do rompimento. Mas erros de operação ou manutenção, possivelmente relacionados a problemas de drenagem. Ambas - Fundão e BI -, assim como outra que se rompeu em Minas Gerais desde que a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) foi instituída, em 2010 - Herculano Mineração (2014) - possuíam laudos de segurança atestando sua estabilidade.

A comparação foi feita pelo engenheiro civil com mais de 30 anos de experiência em barragens de mineração, Joaquim Pimenta de Ávila, durante um seminário realizado em 2018 para avaliar os resultados e propor melhorias na PNSB. Citando outro conhecedor do tema, o geólogo Paulo César Abrão, Ávila disse ser preciso entender que “a barragem não é estável. Ela está estável”. E perguntou: “Até quando ela estará estável?”.

Licenciamento

Desde 2012, há 7 anos, a Vale solicita junto ao Copam (Conselho Estadual de Política Ambiental), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) de Minas Gerais, o licenciamento para recuperação do minério contido nos rejeitos das barragens BI e BVI, em Córrego do Feijão, e de outras obras decorrentes, que incluíam a mina de Jangada, também da Vale e integrante do mesmo Complexo Minerário de Paraopeba. A mineradora abriu novo processo com o mesmo escopo em 2013 e arquivou o processo anterior.

Em 2015, o processo de 2013 seria integrado a um terceiro processo. Foi este que, em dezembro de 2018, recebeu a Licença Prévia, de Instalação e de Operação Concomitantes para a execução do reprocessamento dos rejeitos, resultando no aumento da produção das minas de 10,6 para 17 Mtpa. Pelas dimensões e destinação para disposição de rejeitos, a barragem BI seria enquadrada na classe 6 de licenciamento, para empreendimentos de grande porte e alto potencial poluidor. Como o objetivo era seu descomissionamento, o projeto foi considerado de médio potencial poluidor e enquadrado na classe 4.

Para obter a licença, uma série de condicionantes foram cumpridas pela empresa. Uma delas, a Audiência Pública realizada em Brumadinho, em junho de 2017. Atendendo a um requerimento das comunidades locais presentes no evento, a Vale redefiniu as áreas diretamente afetadas (ADA) e de influência indireta (AID) do projeto. Com a alteração, foram incluídos na AID, os povoados Córrego do Feijão e Tejuco, as propriedades e áreas rurais próximas ao empreendimento e os bairros Casa Branca, Jangada e Parque da Cachoeira. A ADA ocuparia 383,32 ha, sendo que cerca de 115,28 ha correspondiam a novas áreas que seriam objeto de intervenção.

Embora o processo não tratasse da disposição de rejeitos em barragem - mas sim de sua retirada e recuperação - a Vale também apresentou ao Copam, em versão digital, os Planos de Ação de Emergência das Barragens de Mineração (PAEBM) e os Estudos de *Dam Break* das barragens de Córrego do Feijão e Jangada.

Mina

Com 63 anos de operação, a mina Córrego do Feijão foi aberta em 1956 pela Companhia de Mineração Ferro e Carvão. Dez anos depois, em 1973, foi vendida para a Ferteco Mineração, adquirida pela Vale em 2003. A unidade possuía mais de 600 funcionários diretos e terceirizados e operava em 3 turnos, um de 6 e dois de 9 horas, 24 horas por dia, nos sete dias da semana. A cava da mina, pilhas de estéril, barragens BI e BVI, baias de secagem, unidade de tratamento de minério, pera ferroviária e instalações de apoio e administrativas encontravam-se em uma área total de 660 ha, dos quais 150,17 ha já reabilitados e 341,86 ha em reabilitação.

A cota de fundo da cava encontrava-se na elevação 945 m. O rebaixamento de seu lençol freático foi realizado em 1991, com a instalação de sete poços, com capacidade instalada total de 430 m³/h, que mantinham o nível de água abaixo da cota 950 m.

A barragem BI foi construída em 1976, pela Ferteco Mineração. Quando foi desativada, em 2015, possuía altura de 86 m, comprimento da crista de 720 m e área de 249,5 mil m², com volume de 11,7 milhões m³ de rejeitos dispostos. A estrutura contava com 94 piezômetros, 46 deles automatizados, e 41 medidores de nível d'água subterrânea, cujos dados eram coletados periodicamente pela equipe geotécnica. Seu PAEBM, que definiu a área de inundação num estudo de ruptura hipotética, foi protocolado nos órgãos de Defesa Civil Federal, Estadual e Municipal, entre junho e setembro de 2018.

Os dispositivos de segurança da mina incluíam uma câmera de vídeo para monitoramento das operações, um sistema de sirenes de alerta e o cadastramento da população à jusante do empreendimento. Em junho de 2018 foi realizado um simulado externo de emergência e, mais à frente, em outubro, o treinamento interno de funcionários. O monitoramento sismográfico remoto, iniciado em 2017, era feito a partir de seis pontos de monitoramento instalados nas comunidades do entorno das minas de Jangada e Córrego do Feijão, com medições diárias de acordo com o plano de fuga das unidades.

Descomissionamento

Os finos de minério de ferro das barragens BI e BVI seriam removidos por retroescavadeiras, com empilhamento drenado do material e posterior transporte até a planta de beneficiamento.

Os rejeitos do processo, em forma de polpa, seriam bombeados por um rejeitoduto, instalado em paralelo ao transportador de correia de longa distância (TCLD) já existente. Na cava da mina estariam dispostos por *spigots* de saídas múltiplas (spray-bar), na porção do talude sudeste da área.

O rejeitoduto, com diâmetro de 14" e extensão de 1.544 m, teria de vencer um desnível topográfico de 185,5 m, entre a usina e a cava. Em caso de vazamento ou outra emergência na tubulação, os rejeitos seriam destinados a duas baias de contenção de finos, com capacidade de estocagem de 10.000 m³ cada.

Ocorrendo um eventual transbordo dessas baias, o material seria contido em outra estrutura, a "Barraginha", para evitar a contaminação da água do Córrego Ferro Carvão.

Para assegurar a estabilidade do corpo da barragem a dragagem deveria ser realizada a uma distância segura da praia de montante, afastando a água do maciço da barragem. Também por questão de segurança, o nível d'água seria rebaixado e a retirada dos diques de alteamento seria feita em paralelo à dragagem dos rejeitos.

Após o armazenamento estimado de 55 Mm³, o fechamento da cava da mina seria feito pelo lado sul, onde ficava o antigo vale do Córrego do Feijão, com cota aproximada de 1.080 m. A cota do nível freático, interrompido seu rebaixamento, não seria restabelecida ao nível original por dois limitadores: o extravasor de superfície instalado na cota 1.080 m e a existência de uma galeria abaixo da cota da base da cava (elevação 946 m) que, mesmo após a paralisação do bombeamento dos poços, continuaria operando com sistema de rebaixamento. Após o descomissionamento, o Córrego do Feijão retomaria aos poucos a vazão natural que tinha antes da abertura da cava. Os taludes seriam revegetados e monitorados por instrumentos geotécnicos.

Rompimento

Cálculos do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, baseados em imagens captadas por uma câmera de segurança instalada na mina, quando a barragem BI se rompeu, estimam que a lama vazou a cerca de 21,3 m/s ou cerca de 76 km/h. Seu trajeto, de 9 km de extensão, atingiu a área operacional da mina, seguindo para a área administrativa (escritórios e refeitório), passando sobre uma pousada próxima e pelo bairro Parque da Cachoeira e chegando ao rio Paraopeba.

Segundo uma especialista em mecânica de solos ouvida pela revista *In the Mine*, as imagens do acidente são típicas de movimentos conhecidos como corridas de massa. "São movimentos de massa mais fluídos e extremamente rápidos, com elevado volume de material, intenso fluxo de água na superfície, que podem alcançar velocidades de até 80 km/h e possuem extenso raio de alcance, com alto potencial destrutivo", afirma.

Ela destaca que o modo como a barragem implodiu é bastante semelhante à de um escorregamento circular, correspondendo a um movimento rotacional a partir de um eixo imaginário. Nesse processo, o centro de gravidade do material se desloca para baixo e para fora do talude, ocorrendo pelo aumento das forças de tração (cisalhamento), que acabam por superar as forças de resistência ou atrito.

O fenômeno pode ser resultado da liquefação dos rejeitos, como aconteceu na barragem do Fundão, da Samarco, em Mariana (MG). O acúmulo de água resulta do excesso de chuvas ou depósito de material, de abalos sísmicos ou de problemas no sistema de drenagem, o mais provável. Como não há vazão para essa água, ela acaba pressionando a estrutura e causando seu rompimento.

Laudos devem ter padronização e conformidade

Dados do Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM) da ANM, de 2017, indicam o cadastro de 787 estruturas de barramentos de rejeitos e água, com fins de utilização em projetos de mineração. Desse total, 418 são barragens de mineração inseridas na PNSB (Política Nacional de

Segurança de Barragens), 52% em Minas Gerais (MG), 16% no Pará (PA), 7% em Mato Grosso (MT) e o restante localizado em outros 16 Estados da Federação.

Em 2017, ainda, a ANM emitiu 521 autos de infração e ofícios para titulares de barragens, 286 deles por não atualização do Extrato da Inspeção de Segurança Regular da Barragem (EIR) quinzenal. Também foram interditadas 23 operações - 11 por falta da Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) semestral e 12 porque a DCE não confirmou a estabilidade da barragem. Por ano, as mineradoras devem emitir 24 EIRs e 2 DCEs para cada equipamento cadastrado.

No seminário sobre a PNSB, o consultor Joaquim Pimenta de Ávila disse que o foco das inspeções deveria ser a frequência com que as barragens de rejeito mudam de conformação ao longo do tempo devido a alterações na característica do rejeito ou no solo de empréstimo, por exemplo. Para isso, os laudos exigidos pela ANM deveriam ser elaborados de forma mais padronizada, aprofundada e detalhada. “É indispensável ter um protocolo de auditoria que garanta a cobertura de todos os aspectos relevantes e a obtenção de um registro adequado das condições encontradas em cada barragem”, avaliou Ávila.

Um dos pontos que deve merecer a atenção do auditor é o uso de uma base cartográfica precisa para definir a área de drenagem da bacia, certificar a declividade dos taludes para cálculos hidrológicos e registrar as interferências existentes.

Bases incorretas, segundo Ávila, geram incertezas principalmente no Dam Break, prejudicando o dimensionamento da linha de inundação, da altura da lâmina d’água ou da velocidade de avanço do material derramado. Mesmo a valoração de danos, no caso de um rompimento, depende de um cadastro completo de todas as propriedades localizadas na área de influência da operação.

Outro suporte essencial são os estudos geotécnicos sobre resistência, permeabilidade e compressibilidade das barragens. As inspeções devem comprovar a eficácia do planejamento de longo prazo para a disposição de rejeitos em relação ao dimensionamento dos taludes, sistema de drenagem interna, métodos de disposição, requisito de lançamentos, praia mínima e controle da água nas estruturas. “Os termos da DCE da ANM limitam o auditor a atestar que a barragem é estável e tem risco zero. Alguém pode assinar essa declaração e dormir tranquilo até a próxima inspeção, seis meses depois? ”, pergunta Ávila.

Fonte: In The Mine

Autor: Tébis Oliveira

Data: 25/02/2019



PROJETO DE LEI QUE ENDURECE REGRAS PARA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS É SANCIONADO

Entre os principais pontos do texto, está a proibição da instalação de barragens a montante – mesmo tipo das das estruturas que se romperam em Mariana e Brumadinho

O governador Romeu Zema (Novo) sancionou nesta segunda-feira (25) o projeto de lei que determina medidas mais rígidas pela mineração do estado.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou o texto na última sexta-feira (22), em segundo turno, por unanimidade.

Depois de uma semana de muitas polêmicas por causa do assunto na Casa, o texto que foi aprovado em plenário passou a incluir quase todo o conteúdo do projeto que ficou conhecido como “Mar de Lama

Nunca Mais". De iniciativa popular, ele teve mais de 50 mil assinaturas e foi elaborado após o rompimento da barragem da Samarco, cujas donas são a Vale e a BHP Billiton.

Antes ir a votação, o PL teve parecer aprovado em segundo turno pela Comissão de Administração Pública. O relator, deputado João Magalhães (MDB), opinou pela aprovação na forma do substitutivo nº 1, rejeitando o texto aprovado com alterações no 1º turno.

Entre os principais pontos do texto, está a proibição da instalação de barragens a montante – mesmo tipo das estruturas que se romperam em Mariana, em 2015, e em Brumadinho, neste ano.

Veja pontos do substitutivo:

- Proibição da instalação de barragens de rejeitos a montante
- Proibição da concessão de licenças para instalação, ampliação ou alteamento de barragens que tenham comunidades nas zonas de autossalvamento
- Estabelecimento de prazo de 90 dias para empresas apresentarem cronograma de planejamento da substituição de tecnologia em barragens a montante, o que deverá ser feito em até três anos
- Os ambientalistas consideram que a proposta é um avanço importante para um estado tão dependente da mineração. Mas nos discursos durante a discussão da proposta deixaram a crítica de que a sociedade teve que pagar o preço de duas tragédias antes de o Legislativo enrijecer as regras para atividade minerária.

Em nota divulgada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet afirmou estar certo de que o exemplo de Minas será seguido pelo Congresso Nacional.

Para a promotora de Justiça Andressa Lanchotti, o cerne do projeto "Mar de Lama Nunca Mais" está na proibição da construção ou alteamento de barragens em locais onde forem identificadas populações residindo nas zonas de autossalvamento.

Fonte: G1

Data: 25/02/2019



ETERNIT DEFENDE QUE SAMA OPERE POR MAIS DEZ ANOS

A Eternit defende que sua controlada Sama tenha prazo de pelo menos dez anos para planejar o fechamento adequado da sua mina de amianto crisotila, localizada em Minaçu (GO). Em meados deste mês, a produção da mina foi paralisada. "A companhia não se preparou para interromper as atividades da Sama repentinamente. Precisamos de modulação de pelo menos dez anos", disse o presidente da Eternit, Luís Augusto Barbosa ao Valor.

Segundo ele, é preciso, por exemplo, estruturar outros negócios geradores de renda para os moradores de Minaçu. Desde a última segunda-feira, os funcionários da mineradora estão em férias coletivas por 15 dias.

De acordo com o presidente da Eternit, o ideal seria dar continuidade à exploração e à exportação de amianto até o esgotamento das reservas da mina - estimado em 40 anos -, mas se não for obtida autorização para isso, é preciso haver um tempo para constituir fundo com as receitas e a geração de caixa da Sama para fazer frente a custos sociais e ambientais. "A Sama não tem os recursos para o fechamento da mina. Uma parada abrupta da mineração é um grande complicador para a Eternit sair da recuperação

judicial", ressalta o executivo. No terceiro trimestre de 2018, a Sama respondeu por 26% do faturamento da companhia.

A Eternit tem o apoio do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), que defende que a desativação da mina seja gradual. A empresa vem conversando também com deputados e senadores eleitos pelo Estado.

No fim de novembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu extração e uso de amianto crisotila em todo o país, ao dar efeito "erga omnes" (para todos) de decisão de lei fluminense de 2001 que determinou a substituição progressiva do mineral no Estado do Rio de Janeiro. A extração, beneficiamento, transporte e venda do mineral, além da produção e venda de telhas de amianto foram permitidas até que as partes envolvidas apresentassem embargos de declaração pedindo esclarecimentos ao acórdão da sentença, o que ocorreu recentemente.

O Instituto Brasileiro de Crisotila (IBC) entrou com os embargos e com pedido de efeito suspensivo da decisão do STF até o julgamento dessas solicitações de esclarecimento. Na sequência, a ministra Rosa Weber, do STF, pediu parecer do governador do Estado do Rio de Janeiro e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) sobre os pedidos de embargo, manifestação que pode ocorrer até o início de março, segundo Barbosa.

Em novembro de 2017, antes da decisão do STF, a companhia havia informado que suspenderia, até o fim de 2018, o uso da matéria-prima na fabricação de qualquer produto. Na segunda semana de janeiro, a Eternit deixou de usar amianto na fábrica de Anápolis (GO), a última da empresa que ainda tinha no mineral a matéria-prima para produção de telhas de fibrocimento. "O amianto não oferece mais risco nem ao trabalhador, nem ao consumidor, mas a nova gestão desistiu, desde o início, de defender a questão", diz Barbosa.

Para se preparar para o fim da fabricação de telhas de amianto e da venda para outras indústrias do Brasil, a Eternit reduziu a produção da Sama, nos dois últimos anos, de 300 mil toneladas anuais para o patamar de 100 mil a 120 mil toneladas anuais.

Fonte: Valor

Autora: Chiara Quintão

Data: 21/02/2019



MPMG RECOMENDA QUE IEPHA EXIJA DE MINERADORAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Uma recomendação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foi expedida ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) para que o órgão, que também analisa e aprova empreendimentos envolvendo barragens, exija que mineradoras façam um diagnóstico detalhado de patrimônio cultural existente na zona de alagamento em caso de rompimento de barragens, além de planos para proteção a estes bens em caso de emergência.

De acordo com nota divulgada pelo MPMG, "a recomendação foi expedida após constatarmos que, tanto no caso do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, quanto no caso do rompimento da barragem I, em Brumadinho, as empresas responsáveis não possuíam informações sobre patrimônio cultural atingido e tampouco adotaram medidas imediatas de resgate".

A entidade lembra ainda que o mesmo ocorreu no caso das evacuações promovidas pela Vale em Barão de Cocais, Nova Lima, Macacos e Ouro Preto, quando as famílias foram retiradas de suas casas, mas a empresa não apresentou um plano preestabelecido para ações emergenciais envolvendo os bens culturais, sendo necessária a intervenção dos promotores para que isso fosse feito pela mineradora.

“Embora o objetivo principal do MPMG seja que as empresas garantam a efetiva segurança das barragens de suas responsabilidades, é certo que, em caso de emergência, não pode haver improvisos”, avalia a promotora de Justiça Giselle Ribeiro, que chefia a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC), responsável juntamente com a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte pela recomendação feita ao Iepha.

Ainda de acordo com a promotora, além das ações de proteção às pessoas e animais, é fundamental que as empresas responsáveis por barragens também conheçam o patrimônio cultural em risco e tenham planejamento para as ações de sua salvaguarda. "O MPMG entende que ninguém melhor que o poder público, através de seu órgão de proteção, para exigir isso antes de conceder anuência para os empreendimentos potencialmente poluidores", afirma Giselle.

Por fim, a promotora garante que, além da sólida fundamentação na legislação atual, a recomendação apresentada ao Iepha vai ao encontro das premissas trazidas pelo Projeto de Lei de Iniciativa Popular "Mar de Lama Nunca Mais", que, entre outras previsões, estabelece a necessidade de diagnóstico dos impactos ao patrimônio cultural quando da elaboração dos estudos de viabilidade do empreendimento, bem como a previsão de ações de salvaguarda nos planos emergenciais das barragens.

Fonte: Hoje Em Dia

Data: 25/02/2019

O TEMPO

COPAM AUTORIZA RETOMADA DE MINERAÇÃO NA SERRA DA PIEDADE

Sete dos doze conselheiros votaram favoravelmente à volta das atividades na região

O licenciamento ambiental de um empreendimento que vai retomar a mineração na Serra da Piedade, em Sabará, na região metropolitana, foi aprovado sob protestos em votação realizada nesta sexta-feira pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI), do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

A reunião ocorreu no centro de Belo Horizonte. Foram concedidas, concomitantemente, a Licença Prévia e a Licença de Instalação do projeto, que prevê a retirada de minério apenas nos locais já degradados pela atividade minerária. No entanto, segundo ambientalistas, o empreendimento vai aumentar a área danificada na região. No total, sete conselheiros votaram a favor do licenciamento, enquanto três votaram contra. Outros dois preferiram a abstenção.

A exploração de minério na região começou na década de 1950, de forma desordenada. As atividades, então sob responsabilidade da Brumafer Mineração, foram suspensas em 2005, por decisão judicial, deixando um passivo ambiental em toda a área do empreendimento, adquirido pela AVG Empreendimentos Minerários. Em 2012, a empresa firmou um acordo judicial com diversos órgãos, como o Ministério Público de Minas Gerais, que previa a recuperação da área. O documento determinou que ela deveria seguir o chamado cenário 3, que, de acordo com parecer único do Estado, significa que a lavra abrange as faixas já alteradas, com "novos cortes e intervenções necessárias".

No texto, consta que, para o projeto de recuperação das áreas degradadas "foi requerida a necessidade de alteração do uso do solo para a implantação das estruturas e expansão das cavas e pilhas de

rejeito, o que implica na supressão da vegetação nativa". Segundo o parecer, "para a implantação do empreendimento serão suprimidos um total de 32,79 hectares de vegetação nativa".

"O que está sendo colocado hoje para votação é que há necessidade de ampliação da área degradada para a viabilidade econômica para essa recuperação. O santuário é uma área de importância singular para o Estado e o país, com fins culturais, ambientais, espirituais e religiosos", afirmou o coordenador da Agência de Desenvolvimento Regional Integrado da Arquidiocese de Belo Horizonte e professor da PUC Minas, Miguel Ângelo Andrade.

O padre Fernando César do Nascimento, reitor do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, disse que as atividades de mineração passadas já causaram "devastação enorme". "Se isso não bastasse, a mineração tenta expandir o espaço para minerar, ou seja, a preocupação, o tempo inteiro, está no ter, no financeiro, e jamais no ser".

De acordo com o subsecretário de regularização ambiental da Semad, Hidelbrando Neto, o Estado está cumprindo uma decisão da Justiça Federal, que determinou a conclusão do processo de licenciamento. Ele informou que a execução dos termos firmados no acordo judicial pela empresa vai ser fiscalizada. "Esse acordo vai ser acompanhado semestralmente por todos os signatários. Se a empresa tentar fazer alguma coisa além do cenário 3, acredito e espero que não faça, vão ter vários órgãos fiscalizando", afirmou. Segundo Neto, existem pilhas de rejeito no local com risco de rompimento, e o acordo judicial busca a segurança. "Quando as atividades foram encerradas em 2005, essas pilhas ficaram com problemas de instabilidade e, se vieram a romper, podem causar problema para a população que está à jusante", disse.

Na manhã do dia 25 de janeiro, o projeto havia entrado na pauta da CMI, mas, na ocasião, a votação foi adiada. Poucas horas depois, houve o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, na região metropolitana. A reportagem tentou contato com a AVG ontem, sem sucesso. No dia 25, a empresa afirmou que o licenciamento ambiental "segue estritamente o cenário definido no acordo judicial" e que "não vai desenvolver nenhuma atividade que não siga fielmente o que foi definido".

Fonte: O Tempo

Autora: Rafaela Mansur

Data: 22/02/2019



AMOSTRAS COM ALTO TEOR DE NÍQUEL E COBALTO ANIMAM CENTAURUS

A Centaurus Metals disse ontem (25) que obteve "resultados notáveis de amostras de trincheira" que fazem parte do programa de amostragem global concluído recentemente no projeto de níquel e cobalto Itapitanga, no Pará. Um dos resultados mostra 90 metros @ 1% de níquel, 0,27% de cobalto e 33 ppm de escândio

Segundo a mineradora, os resultados reforçam a escala, o teor e a qualidade do depósito de Itapitanga. Outros dois resultados mostram: 64,4 metros @ 1,67% níquel e 0,03% de cobalto; e 30 metros @ 1,38% níquel e 0,02% cobalto.

"A Simulus visa mostrar, em um nível elevado, a economicidade positiva do projeto, o que permitiria que eles decidissem imediatamente a realização de um estudo preliminar de viabilidade", disse a Centaurus em nota. Em novembro do ano passado, a mineradora formou uma joint venture com a Simulus para acelerar o desenvolvimento do projeto.

Uma amostra de 40 toneladas foi coletada em janeiro para permitir que a Simulus realizasse um trabalho de otimização do fluxograma de estudo de viabilidade em sua planta de demonstração de última geração em Perth, na Austrália. Amostras foram retiradas de três trincheiras, com teores apresentados acima, sendo que cada uma mostrou diferentes tipos de mineralização e os resultados devem ser divulgados em abril.

"O Projeto Itapitanga está localizado em uma região que abriga múltiplos níquel de alta tonelagem, não desenvolvidos e de grande tonelagem e recursos de cobalto. Nossa joint venture com Simulus, um dos principais grupos de hidrometalurgia e processamento de minerais do mundo, nos permite acelerar as etapas de viabilidade do projeto e avançar para o desenvolvimento", disse o diretor da Centaurus, Darren Gordon.

Cobre e ferro

Segundo Gordon, "com várias frentes de trabalho agora em pleno andamento [...] esperamos um fluxo constante de resultados e de novidades nos próximos seis meses. Paralelamente a um cronograma intensivo de desenvolvimento em Itapitanga, também continuamos trabalhando para garantir a sondagem e licenças para o programa de sondagem planejada no projeto ouro-cobre Salobo Oeste".

Ele disse ainda que as mudanças recentes tanto no mercado brasileiro de minério de ferro quanto no mercado transoceânico de minério de alto teor, estão abrindo oportunidade para o projeto de minério de ferro da empresa em Minas Gerais. "[...] estamos atualmente explorando opções para o desenvolvimento de nosso projeto de minério de ferro Jambreiro", declarou ele em nota.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 26/02/2019



INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO VAI ESTABELECEER PADRÕES GLOBAIS PARA BARRAGENS DE REJEITOS

As maiores mineradoras do mundo informaram nesta terça-feira que realizam uma revisão independente dos padrões internacionais para barragem de rejeitos de atividades minerárias, após o rompimento mortal no mês passado de uma estrutura da Vale em Brumadinho, em Minas Gerais.

O Conselho Internacional de Mineração e Metais, cujos membros incluem Glencore, BHP Group e 25 outros, afirmou que um comitê irá revisar e estabelecer padrões até o fim do ano para classificação e auditoria de barragens de rejeitos, bem como para resposta de emergência.

Fonte: Reuters

Autor: Ernest Scheyder

Data: 26/02/2019



EMPRESAS BRASILEIRAS CONFIRMAM PARTICIPAÇÃO NO PDAC 2019

Empresas brasileiras de diversos portes e ramos de atuação confirmaram sua presença na edição deste ano *do Prospectors and Developers Association of Canada – PDAC* (www.pdac.ca/convention), a feira anual de exploração mineral e mineração que ocorre de 3 a 6 de março em Toronto, Canadá. As empresas brasileiras confirmadas no evento são: Burityrama Mineração, Nexa Resources, Vale, Bemisa, Avanco OZ, Yamana Gold, Aerocientífica, ALS, Geosol, GE21, Integratio, Jazida.com, Sigma Lithium e Terra Goyana Mineradora.

O Brasil estará, portanto, representado por diversos ramos da mineração e com empresas prestadoras de serviços para a indústria mineral. Essas companhias estarão presentes nos eventos da comitiva brasileira e terão um tempo para expor os seus projetos durante o *Brazilian Mining Day*, que ocorrerá no dia 4 de março. As palestras das empresas apresentarão o desenvolvimento de projetos de exploração mineral e mineração no Brasil ou de produtos e serviços que oferecem, com destaque para os motivos e vantagens de se operar no País e a contribuição de cada uma para o desenvolvimento do setor mineral nacional.

Nesse dia, os investidores estrangeiros poderão ter contato direto com os executivos e autoridades brasileiras, que também farão apresentações e responderão perguntas da plateia durante o *Brazilian Mining Day*. A comissão organizadora do Brasil PDAC2019 é coordenada pela Agência de Desenvolvimento da Indústria da Mineração Brasileira (ADIMB) e conta com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (SGM/MME), a Agência Nacional de Mineração (ANM), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e a Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM).

Pela primeira vez o Brasil será um país patrocinador do PDAC, o que assegura maior visibilidade aos projetos e às empresas do país. O lema da comitiva brasileira ao PDAC 2019 será “*World Class Exploration Opportunities*”, representando um país com oportunidades de exploração em ‘classe mundial’, termo do setor para jazidas de grande porte e alto teor mineral.

Fonte: In The Mine

Data: 18/02/2019



2019

THE WORLD'S PREMIER
MINERAL EXPLORATION
& MINING CONVENTION

March 3 - 6 Metro Toronto Convention Centre, Toronto, Canada

www.pdac.ca/convention